

**Boucinhas, Campos & Conti**  
Auditores Independentes

***GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.***

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial .....	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes .....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros Assuntos

### Demonstrações do valor adicionado


7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 05 de maio de 2014, que não conteve modificação, no entanto, conteve ênfase decorrente da avaliação da continuidade operacional da Companhia, por apresentar insuficiência de capital de giro.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI  
Auditores Independentes S/S  
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

  
Antônio Carlos de Oliveira Pires  
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**  
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
 (Em reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b><u>Nota</u></b>	<b><u>31/12/2014</u></b>	<b><u>31/12/2013</u></b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.171.139	124.483.972
Impostos a recuperar		2.205.609	144.635
Adiantamentos	5	31.120	465.615
Outros créditos	6	17.740	810.105
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>39.425.608</u></b>	<b><u>125.904.327</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo financeiro indenizável	7	712.349.050	197.448.430
Imobilizado líquido		119.972	84.375
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>712.469.022</u></b>	<b><u>197.532.805</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>751.894.630</u></b>	<b><u>323.437.132</u></b>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	15.778.419	51.196
Retenções contratuais	9	203.446	108.926
Salários e encargos	10	234.400	264.097
Impostos e contribuições sociais	11	4.789.823	429.122
Debêntures	12	401.144.449	240.218.617
Dividendos propostos	14.c	8.016.478	367.220
Outros passivos circulantes		296.450	281.543
		<b><u>430.463.465</u></b>	<b><u>241.720.721</u></b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.510.689	2.471.725
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>23.510.689</u></b>	<b><u>2.471.725</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14.a	272.168.061	78.050.414
Reserva legal	14.b	1.702.980	92.610
Lucros retidos		24.049.435	1.101.662
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>297.920.476</u></b>	<b><u>79.244.686</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>751.894.630</u></b>	<b><u>323.437.132</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita de Construção		458.023.599	186.882.514
Custo de Construção	15	<u>(458.023.599)</u>	<u>(186.882.514)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(1.862.872)	(1.639.069)
Materiais		(903)	(2.603)
Serviços de terceiros		(1.046.828)	(800.164)
Tributos		(279.775)	(48.147)
Arrendamentos e aluguéis		(264.247)	(99.987)
Despesas administrativas		(6.655)	(11.616)
Seguros		(8.232)	-
Outros		2.500	38.832
<b>LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b><u>(3.467.012)</u></b>	<b><u>(2.562.753)</u></b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Receitas de aplicações financeiras		229.670	697.197
Rendas sobre ativo financeiro		56.877.021	7.013.899
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Despesas financeiras		<u>(282.686)</u>	<u>(28.729)</u>
<b>Total</b>		<b><u>56.824.005</u></b>	<b><u>7.682.366</u></b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b><u>53.356.993</u></b>	<b><u>5.119.613</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(795.683)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(21.149.592)</u>	<u>(2.471.725)</u>
<b>Total</b>		<b><u>(21.149.592)</u></b>	<b><u>(3.267.408)</u></b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>32.207.401</u></b>	<b><u>1.852.205</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucro / Prejuízo acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>14.501.000</b>	-	-	<b>(290.713)</b>	<b>14.210.287</b>
Integralização do Capital com AFAC	63.549.414	-	-	-	63.549.414
Lucro do exercício	-	-	-	1.852.205	1.852.205
Constituição de reserva legal	-	92.610	-	(92.610)	-
Lucros retidos	-	-	1.101.662	(1.101.662)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(367.220)	(367.220)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>78.050.414</b>	<b>92.610</b>	<b>1.101.662</b>	-	<b>79.244.686</b>
Integralização de capital com emissão de 114.117.646 ações em 10/12/2014	114.117.647	-	-	-	114.117.647
Integralização do Capital com AFAC em 24/11/2014	80.000.000	-	-	-	80.000.000
Lucro do período	-	-	-	32.207.401	32.207.401
Constituição de reserva legal	-	1.610.370	-	(1.610.370)	-
Lucros retidos	-	-	22.947.773	(22.947.773)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.649.258)	(7.649.258)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>272.168.061</b>	<b>1.702.980</b>	<b>24.049.435</b>	-	<b>297.920.476</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Demonstração dos resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	32.207.401	1.852.205
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>32.207.401</u></b>	<b><u>1.852.205</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---



**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro do exercício antes dos impostos	53.356.993	5.119.613
<b>AJUSTES DE ITENS SEM DESEMBOLSO DE CAIXA PARA CONCILIAÇÃO DO LUCRO COM O FLUXO DE CAIXA</b>		
Adiantamentos	792.366	(520.899)
Impostos a recuperar	(2.060.974)	(126.804)
Despesas pagas antecipadamente	-	(1.334.852)
Outros créditos	434.495	(386.787)
Fornecedores	15.727.223	(465.123)
Impostos e contribuições sociais	4.276.903	(396.768)
Retenções contratuais	94.520	36.263
Outros passivos circulantes	14.906	391.661
Salários e encargos	(56.527)	3.549
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>72.579.904</b></u>	<u><b>2.319.854</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Ativo financeiro indenizável	(514.900.620)	(193.896.413)
Aquisição de imobilizado	(35.596)	(23.782)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u><b>(514.936.216)</b></u>	<u><b>(193.920.194)</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Debêntures	160.925.832	241.553.469
Integralização de Capital	194.117.647	63.549.414
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<u><b>355.043.479</b></u>	<u><b>305.102.883</b></u>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(87.312.833)</b></u>	<u><b>113.502.543</b></u>
Início do exercício	124.483.972	10.981.429
Final do exercício	37.171.139	124.483.972
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(87.312.833)</b></u>	<u><b>113.502.543</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>RECEITA</b>		
Receita	458.023.599	186.882.514
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custo	(458.023.599)	(186.882.514)
Serviços	(1.046.828)	(800.164)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>(1.046.828)</u>	<u>(800.164)</u>
<b>VALOR ADICIONADO REEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Resultado Financeiro	56.824.005	7.682.366
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>55.777.178</u>	<u>6.882.202</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Pessoal	1.862.872	1.639.069
Tributos	21.429.367	3.315.555
Despesas administrativas	7.559	11.616
Outros	269.979	63.757
Lucro do exercício	32.207.401	1.852.205
<b>TOTAL</b>	<u>55.777.178</u>	<u>6.882.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

## **1. Informações gerais**

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“GTE” ou “Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico- SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

### **1.1. Da concessão**

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012.

O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

### **1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

### **1.3. Início da operação comercial**

A Companhia tem previsão de entrada em operação comercial estabelecida para 30 de novembro de 2015, conforme explicitado em nossa Nota “18. Eventos Subsequentes”.

## **2. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 06 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim, como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação.

## 2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

### 3.1. Apuração do resultado do exercício

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

### 3.2. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### 3.2.1. Receita de concessão

##### a) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 -

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

### b) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

### 3.2.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores e outras contas pagar, debentures e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

## **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

### **3.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **3.5. Ativo financeiro indenizável**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um direito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

## **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como “Ativo financeiro indenizável”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

### **3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.7. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **3.8. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)**

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2014, a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real trimestral, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada por meio da aplicação do percentual de 15%, considerando-se o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%, respectivamente, cuja base de cálculo para a apuração do IR e CSLL é o lucro antes dos impostos.

## **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### **3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **3.11. Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

### **3.12. Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 12 – Debêntures).



## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### 3.13. Lucro / Prejuízo por ação

É calculado com base no número de ações representativas do Capital Social Integralizado na data do balanço.

### 3.14. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

(i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia:

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.
- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios.

(ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 – tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### 3.15. Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

#### a) Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas do manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e suas alterações posteriores.

#### b) Ativos e Passivos Regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Companhia, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados “Parcela A”), utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Companhia e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são, basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bancos conta movimento	3.611.911	5.972.335
Fundo de caixa	169	-
Aplicações financeiras – CDB Banco Santander	688.150	113.599.337
Aplicações financeiras – CDB Banco HSBC	32.722.300	2.874.000
Rendas a receber	148.609	2.038.300
<b>Total</b>	<b><u>37.171.139</u></b>	<b><u>124.483.972</u></b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 90% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco HSBC e à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco Santander. As receitas referentes aos saldos que ainda não foram resgatados, no valor de R\$ 148.609 (R\$2.038.300 em 2013), estão classificadas como rendas a receber.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### 5. Adiantamentos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Adiantamento a funcionários	-	78.827
Adiantamento a fornecedores	31.120	386.788
<b>Total</b>	<b><u>31.120</u></b>	<b><u>465.615</u></b>

Os adiantamentos a funcionários são relativos às necessidades de viagens e as prestações de contas efetuadas em um período não superior a 20 (vinte) dias.

Os adiantamentos a fornecedores representam o repasse feito através de contratos para fornecedor responsável pelo planejamento, gerenciamento e supervisão do projeto. O valor será compensado com as medições a serem apresentadas pelo fornecedor e aprovadas pela Companhia.

### 6. Outros créditos

O saldo, em 31 de dezembro de 2014, de outros créditos no valor de R\$ 17.740 (R\$ 810.105, em 31 de dezembro de 2013), refere-se a pagamentos de despesas efetuados durante a operação e que serão compensados em prazo inferior a 30, como créditos de fornecedores e pessoal ligado.

### 7. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais serviços o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber, acumulado, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 712.349.050 (R\$197.448.430 em 31 de dezembro de 2013), classificados no ativo não circulante, e está composto conforme se segue:

<b>Ativo Financeiro Indenizável</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Indenizações de servidão	9.739.410	5.134.293
Encargos sobre empréstimos	47.989.482	3.019.324
Pessoal e encargos operacionais	1.755.433	821.226
Tributos	2.410.833	2.231.207
Serviços de terceiros	4.366.520	7.444.965
Estudos e projetos	62.593	3.676.019
Seguros	917.739	362.325
Arrendamentos e aluguéis	33.934	1.140.523
Adiantamento a fornecedores	63.407.648	100.181.914
Remuneração dos ativos de concessão	56.877.021	7.013.898
Estruturas metálicas, estacas, pinos	117.792.839	27.100.917
Máquinas e equipamentos	99.123.419	-
Depósito Judicial	11.815.572	1.086.348
Obras de engenharia	141.851.604	2.457.051
Cabos e condutores	154.120.885	35.684.088
Outros	83.118	94.332
	<b>712.349.050</b>	<b>197.448.430</b>

### 8. Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores está composto como se segue:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Totvs Rio Software	3.511	33.647
Meta Regularizações	-	683
Siemens	10.874.126	-
Brametal	1.061.930	-
Dom Construtora	57.917	-
Belgo Bekaert	30.000	-
EMPO	2.410.762	-
Grantel equipamentos	906.379	-
Outros	433.794	16.866
Total	<b>15.778.419</b>	<b>51.196</b>

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### 9. Retenções contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, O valor de R\$203.446 (R\$ 108.926 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à retenção contratual de fornecedores, conforme abaixo, e será restituído quando da conclusão do serviço contratado. As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos e não tem previsão de alteração por encargos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ecari Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações	26.637	34.485
Biodinâmica Eng. Meio Ambiente	45.070	191
Avalicon Engenharia	113.325	61.925
Antropica Consult. Cie	-	12.325
Amaro Antunes	18.414	-
Total	<u>203.446</u>	<u>108.926</u>

### 10. Salários e encargos

Os saldos de salários e encargos estão compostos como se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários e ordenados	26.830	-
FGTS a recolher	11.464	7.994
INSS a recolher	58.797	75.832
Imposto de renda retido na fonte a recolher	38.113	84.649
Provisão de férias e encargos	99.196	95.341
Outros	-	281
Total	<u>234.400</u>	<u>264.097</u>

As contribuições sociais e os impostos retidos dos funcionários são recolhidos no mês subsequente, de acordo com o calendário fiscal.

Os valores a recolher referentes à INSS representam a contribuição a ser recolhida para o Instituto Nacional de Seguridade Social, a parte descontada dos funcionários e a parte da empresa.

### 11. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	532.372	132.584
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	333.409	32.510
Lei 10.833/2003 - Pis/Cofins/CSLL Retidos na Fonte	30.354	32.364
Imposto sobre serviços - ISS	2.359.821	102.679
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.406.987	2.105
Contribuição social sobre o Lucro	126.880	126.880
	<u>4.789.823</u>	<u>429.122</u>

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

O saldo de imposto de renda retido na fonte – IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL Retida na fonte, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e, que serão recolhidos no mês subsequente.

O saldo de Imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementa 116/2003.

Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores.

O saldo apresentado na rubrica Contribuição Social Sobre o Lucro corresponde, ao valor corrente, apurado sobre o resultado do exercício.

### 12. Debêntures

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2013 (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 400 (quatrocentas) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada (“valor nominal unitário”), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM 476”), perfazendo o total de R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais).

Data da emissão: 20/06/2013

Vencimento: 20/12/2014

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% da taxa média diária. “Taxa DI over extra grupo”. Pro rata temporis por dias úteis

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Fidejussória

Interveniente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A. Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.

A primeira emissão de debêntures foi realizada em 20 de junho de 2013, sendo emitidas R\$ 51.016.403 e efetivamente recebido R\$ 50.144.572, líquido do custo de transação.

Em 01 de outubro de 2013 foi realizada a segunda emissão de debêntures, no montante de R\$ 185.903.980, sendo efetivamente recebido R\$ 184.539.458, líquido do custo de transação.

Em 28 de maio de 2014, foi realizada a emissão de novas debêntures, no valor total de R\$ 32.194.137 (32.862.313), líquido do custo de transação.

O saldo atualizado das emissões, até 31 de dezembro de 2014, é de R\$401.144.449 (R\$240.218.617, em 31 de dezembro de 2013), líquidas do custo de transação.

As debêntures são remuneradas a 100% da taxa média diária, “Taxa DI over extra grupo”, Pro rata temporis por dias úteis, e tem vencimento final em 20 de dezembro de 2014. As debêntures têm como garantidores a State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., acionistas da Companhia. As debêntures não possuem cláusula de repactuação e não incidem sobre elas cláusulas restritivas.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### Custo de transação das debêntures

A Companhia em 2013 incorreu em custos necessários para a efetivação de financiamentos de debêntures no valor de R\$ 2.236.354. A amortização destes valores com o reconhecimento no custo da construção conforme CPC 20 R1, e é realizada mensalmente, considerando o período de vencimento das debentures de 18 meses, encerrando em 20 de dezembro de 2014.

Em 20 de dezembro de 2014 a Companhia obteve a prorrogação do prazo de vencimento das debêntures para o dia 20 de junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, foi amortizado o montante de R\$ 121.970 (R\$ 901.502, em 31 de dezembro de 2013).

### 13. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias decorrente da aplicação do IFRIC 12, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de Renda Diferido	17.276.940	1.817.445
Contribuição Social Diferida	6.233.749	654.280
	<u>23.510.689</u>	<u>2.471.725</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos referem-se ao resultado positivo dos juros calculados sobre o ativo financeiro indenizável.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 63.549.414, com a emissão de 63.549.414 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social, de R\$ 14.501.000, para R\$78.050.414.

Em 24 de novembro de 2014, através da ata da 17ª reunião do conselho de Administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$80.000.000 (oitenta milhões de reais), com a emissão de 80.000.000 (oitenta milhões) novas ações nominativas com valor nominal de R\$ 1(um real) cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social de R\$ 78.050.414 (setenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais), para R\$158.050.414 (cento e cinquenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais). Também foi aprovada nesta reunião do Conselho de Administração, a emissão de 114.117.646 (cento e quatorze milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada a serem subscritas e integralizadas pelos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social.

Em 10 de dezembro de 2014 foram subscritas e integralizadas 114.117.646 (cento e quatorze milhões, cento e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e seis) ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, pelos sócios, conforme autorizado na 17ª reunião do conselho de Administração através da ata de 24/11/2014, com o aumento no capital social no valor de R\$114.117.647 (cento e quatorze milhões, cento e dezessete mil e seiscentos e quarenta e sete reais) passando o capital social de R\$158.050.414, (cento e cinquenta e oito milhões, cinquenta mil e quatrocentos e quatorze reais), para R\$272.168.061

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$272.168.061 (duzentos e setenta e dois milhões, cento e sessenta e oito mil e sessenta e um reais), dividido em 272.168.061(duzentos e setenta e dois milhões , cento e sessenta e oito mil e sessenta e um ) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>Capital Social</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 138.805.710,50
COPEL Geração e Transmissão S.A.	R\$ 133.362.350,50
	<u>R\$ 272.168.061,00</u>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

#### c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.



## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

### d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

## 15. Custo de construção

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. O saldo da receita de construção esta composto conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Indenizações de servidão	(4.790.159)	-
Encargos sobre debêntures	(37.888.136)	(3.016.308)
Pessoal e encargos operacionais	(934.207)	(558.701)
Tributos	(179.626)	-
Serviços de terceiros	-	(8.341.778)
Seguros	(555.414)	-
Adiantamento a fornecedores	(36.774.266)	(100.181.914)
Estruturas metálicas	-	(27.100.917)
Depósito Judicial	(10.729.224)	-
Obras de engenharia	(57.854.423)	(2.457.051)
Máquinas e equipamentos	(308.252.138)	-
Cabos e condutores	-	(35.684.088)
Outros	(66.006)	(9.541.757)
	<u>(458.023.599)</u>	<u>(186.882.514)</u>

No exercício de 2014 os valores de cabos e condutores, estruturas metálicas e serviços de terceiros foram reclassificados para a conta de máquinas e equipamentos, para melhor atender a classificação contábil de acordo com a agência reguladora.

## 16. Instrumentos financeiros

### 16.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

Ativos financeiros	31/12/2014		
	Recebíveis	O valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	37.171.139	37.171.139
Impostos a recuperar	2.205.609	-	2.205.609
Adiantamentos	31.120	-	31.120
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	712.349.050	-	712.349.050
	<u>714.585.779</u>	<u>37.171.139</u>	<u>751.756.918</u>

Ativos financeiros	31/12/2013		
	Recebíveis	O valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	124.483.972	124.483.972
Adiantamentos	465.615	-	465.615
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	197.448.430	-	197.448.430
	<u>197.914.045</u>	<u>124.483.972</u>	<u>322.398.017</u>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os valores de debêntures são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme saldo demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores	15.778.419	51.196
Debêntures	401.144.449	240.218.617
Impostos e contribuições sociais	4.789.823	429.122
Salários e encargos	234.400	264.097
Retenções contratuais	203.446	108.926
	<u>422.150.537</u>	<u>241.071.958</u>

### 16.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Riscos cambiais

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado.

d) Riscos de crédito

O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

## **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

### **f) Riscos de operações com derivativos**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Caso a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

### **16.3. Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **17. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

### **18. Eventos subsequentes**

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº013/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Ribeirãozinho – Rio Verde do Norte - Marimbondo II e construção da subestação Marimbondo II.

O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão. Em complemento, a previsão atual para a entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão é 30.11.2015.

“Cláusula Quinta (...) Terceira Subcláusula - As indisponibilidades da prestação do serviço decorrentes de sabotagem, terrorismo e catástrofes consideradas calamidades públicas, bem como as causadas por caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro, não estão sujeitas à aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

Quarta Subcláusula - A descoberta de materiais ou objetos nas áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente e à ANEEL, por serem de propriedade da União. Caso a descoberta provoque alterações no presente CONTRATO, as suas condições serão renegociadas, nos termos da legislação.

Quinta Subcláusula - O descumprimento dos marcos intermediários do cronograma de construção motivado por fatos relacionados ao processo de licenciamento ambiental não imputáveis à TRANSMISSORA, comprovados perante a ANEEL, poderá ocasionar a revisão dos prazos dos cronogramas de construção propostos pela TRANSMISSORA.

Sexta Subcláusula - Eventuais atrasos verificados durante o período de construção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, causados por fatos não imputáveis à TRANSMISSORA, decorrentes de embargos administrativos ou judiciais às obras, relativos ao uso das áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, que comprometam os prazos de execução, comprovados perante a ANEEL, poderão ensejar a revisão dos cronogramas de construção.”

Elencamos aqui de forma pontual, os impactos decorrentes dos eventos imprevisíveis e extraordinários ocorridos durante a construção das Instalações de Transmissão. De forma sucinta, foram verificados os seguintes eventos que afastam a responsabilidade da Guaraciaba pelo atraso na implantação das instalações de transmissão:

- i) identificação de materiais arqueológicos no trajeto da linha de transmissão e demora do IPHAN em sua análise (impacto aproximado de 12 meses);
- ii) alterações na SE Marimbondo II (impacto aproximado de 13 meses);
- iii) alterações na SE Rio Verde Norte (impacto aproximado de 4 meses);
- iv) autorização a TP Norte - Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”), do mesmo grupo econômico de Guaraciaba, para implantação de solução alternativa para escoamento da energia elétrica gerada pela UHE Teles Pires. Em 23.12.2014, a convite da SCT, foi realizada reunião junto à ANEEL com as partes envolvidas no processo para tratar das condicionantes para implementação da solução alternativa. Nessa reunião, Matrinchã informou sobre a necessidade de utilização de materiais e mão de obra do trecho sob responsabilidade de Guaraciaba, o que impactará o cronograma de obra para o início de suas operação comercial. Por essa razão, em 29.12.2015, Matrinchã encaminhou a correspondência “CE MTE 173/2014”, em que informou a necessidade de prorrogação do cronograma das instalações de transmissão sob responsabilidade de Guaraciaba para 30.11.2015, conforme atesta a Nota Técnica nº 20/2015-SCT-SRT-ANEEL:

## **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em reais)

“Por meio da correspondência CE MTE 173/2014, de 29 de dezembro de 2014, a Matrinhã respondeu ao Ofício Circular nº 02/2014, confirmando o compromisso de implantar a solução alternativa até 30/04/2015 informando, contudo, que para isto seria necessário prorrogar o prazo de conclusão das obras sob responsabilidade da Guaraciaba Transmissora para 30 de novembro de 2015. Adicionalmente, a transmissora solicitou que fosse confirmado o escopo da solução alternativa”. Nesse contexto, a autorização para a implantação da solução alternativa foi dada pela Diretoria da ANEEL a Matrinhã mediante a Resolução Autorizativa (“REA”) nº 5.050/2015, aprovada na 2ª Reunião Pública Ordinária de 27.01.2015, a qual fixou a data de entrada em operação comercial do ramal Sinop para 30.04.2015.”

Com base no exposto, a Companhia solicitou a ANEEL, a postergação do prazo para início da operação comercial das Instalações de Transmissão para 30.11.2015 por meio de nossa correspondência “CE GTE 018/2015 de 20/02/2015” em aditamento ao pedido de prorrogação anterior para 31/07/2015 feito por meio de nossa correspondência “CE GTE 003/2015 de 09/01/2015” e entende que, tal solicitação foi recebida em conformidade pela Agência Reguladora, estando no aguardo apenas de seu pronunciamento oficial. Corroborando com tal entendimento por parte da ANEEL, o fato da mesma autorizar por meio de publicação no Diário Oficial da União de 28/01/2015 pg. 61, a implementação da solução alternativa apresentada pela Matrinhã, que viabiliza a energização da UHE Teles Pires a partir da subestação Sinop, assunto tratado em sua Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL.

Com tudo isso e apoiada nos relatórios dos seus consultores jurídicos, a Administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., não identifica até o momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas ou penalidades.